

Juros, tributos, presidente e vice

Ives Gandra da Silva Martins

As grandes armadilhas que estão no caminho do governo Lula - que tem se comportado adequadamente nos grandes temas nacionais e internacionais - são: 1) sistema tributário obsoleto; 2) administração pública ultrapassada; 3) privilégios previdenciários do setor público; 4) juros elevados; 5) baixa "performance" do setor empresarial, esmagado por excessiva carga tributária e juros exorbitantes; 6) queda do PIB; 7) intransigência dos radicais de seu partido; e 8) fisiologismo político para obtenção de apoios no Parlamento.

Se houver uma recuperação das economias americana e européia, parte desses problemas poderá ter dimensão menor, mas nem por isso as demais questões terão solução fácil.

Ora, para o setor empresarial, o que mais preocupa é a excessiva carga tributária, o elevado nível dos juros e a exagerada burocratização de todos os procedimentos criados e multiplicados à guisa de

A pergunta que se faz é se o nível dos juros (26,5%) e o "superávit primário" estipulado (4,25%) não estariam inadequadamente calibrados.

É interessante notar que o compromisso do governo Fernando Henrique com o FMI de o País apresentar superávit de 3,75% mantido no governo atual, entendendo eu que houve exagero em aumentá-lo para 4,25%, visto que tal patamar de peso positivo é vedatório do crescimento e da geração de empregos, a ponto de, no primeiro semestre, ter o PIB do governo Lula sido inferior àquele do primeiro trimestre do último ano do governo Fernando Henrique.

O mesmo se diga em relação aos juros.

Com a inflação em queda livre, não há por que mantê-los no porcentual em que estão, prejudicando o governo - o grande devedor do mercado -, as empresas e os trabalhadores, em face de sua considerável elevação, no sistema financeiro, em nome de garantia contra inadimplência, crescente no setor empresarial e dos consumidores em geral.

Tem-se a impressão de que, não possuindo a experiência que a equipe anterior possuía (FHC, Malan e Armínio), o novo trio (Lula, Palocci e Meirelles) prefere calibrar para "mais" do que para "menos", com o que consegue uma "performance" econômica menor do que seria desejável.

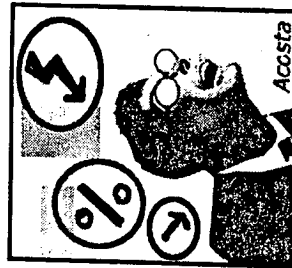
Compreende-se, pois, que o homem que entende de parque empresarial no governo, ou seja, o vice José Alencar, alerte, continuamente, para o risco que está correndo, principalmente levando-se em conta que, sendo o único especialista do primeiro escalão - Furlan e Rodrigues têm áreas delimitadas de atuação -, não tem sido consultado para assunto de tal relevância quanto é a política monetária e tributária.

Creio valha a pena ao novo trio do governo (Lula, Palocci e Meirelles) escutar mais o experiente vice, pois sua bem-sucedida carreira será de utilidade para o governo e para o País. Tal consulta não dará a impressão de dissintonia governamental, mormente levando-se em conta que a sinalização de harmonia no primeiro escalão econômico tem efeitos psicológicos sempre positivos para o mercado.

Que Lula, excelente conciliador nas crises armadas em seu governo, superando-as todas, saiba superar mais esta, e acredite que uma "calibragem" menor de "juros" e "superávit primário", fundamentalmente de origem tributária, poderá ter efeitos extremamente positivos, em nível de desenvolvimento e empregos.

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito da Universidade Mackenzie

Uma calibragem menor de juros e superávit primário poderá ter efeitos extremamente positivos



controle das empresas, onerando consideravelmente o custo operacional e a competitividade interna e externa.

Juros e tributos amarram o desenvolvimento nacional e impedem o governo de fazer política adequada. Se, no tocante aos juros, compreende-se que são instrumentos utilizados para não darem fôlego à inflação, embora inibidores do desenvolvimento, no campo tributário - exceção feita à proposta do ICMS constante do projeto de reforma, a meu ver, a melhor parte do projeto - poderia haver mecanismos simplificados e a eliminação de princípios e tributos obsoletos, como o referente à progressividade ou ao imposto sobre grandes fortunas, este último em vias de desaparecer da legislação de países desenvolvidos (onde se encontram, efetivamente, grandes fortunas), como na Espanha e na França.